

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

71
INSCRIÇÕES 315-317



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
2003

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Dos fascículos 1 a 66, inclusive, fez-se um CD-ROM, no âmbito do Projecto de Culture 2000 intitulado VBI ERAT LVPA, com a colaboração da Universidade de Alcalá de Henares.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

.....

Toda a colaboração deve ser dirigida a:

José d'ENCARNAÇÃO
Instituto de Arqueologia
Palácio de Sub-Ripas
P-3000-395 COIMBRA

Maria Manuela Alves DIAS
Av. Madrid, 24, 2.º dt.º
P-1000-196 LISBOA

.....

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
CONSELHO DIRECTIVO DA FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA

Composto e impresso na G. C. – Gráfica de Coimbra, Lda.

Depósito Legal N.º 21216/88

ARA A *BANDO VORDEAICO*, DA MEDA

Ara de granito de grão fino da região, depositada no pátio de uma casa particular da área urbana da vila da Meda. Segundo o proprietário, a pedra foi retirada da parede de uma casa da vila, no decorrer das obras aí efectuadas¹. A ara apresenta o campo epigráfico rebaixado e dividido em duas partes. Na parte superior, a moldura do campo epigráfico, igualmente rebaixada, é mais larga do que a da zona inferior. Um pequeno filete, com cerca de 6 cm de largura, separa a moldura superior da inferior.

O monumento, com um acabamento pouco perfeito, encontra-se deteriorado em várias zonas, nomeadamente nas arestas e na zona inferior do campo epigráfico. Neste, diversas fracturas resultantes do aproveitamento da pedra como elemento de construção provocaram a destruição de algumas letras. A parte superior do monumento, apesar de mutilado, preserva a quase totalidade do campo epigráfico. Apenas a parte inferior da ara, que foi presa com cimento, poderá ter perdido uma linha de texto. Não há vestígios de capitel nem de fóculo.

Dimensões: (67) x 36 x 26.

Campo epigráfico: 1ª cartela 28 x 23; 2ª cartela 26 x 20.

BANDI / VORDE/AICVI / SABINV/S CALVI/NI · A(nimo) ·
L(ibens) / V(otum) · S(olvit) · [...]I / [...]VM / [...] M

A Bando Vordeaiico. Sabino, de Calvino, fez o voto de boa vontade. [...]

¹ No texto «Descobertas arqueológicas na Meda», publicado em *O Interior* de 24 de Agosto de 2001, fizemos uma breve referência à ara agora estudada. Agradecemos a colaboração do arquitecto Paulo Simão, que nos informou sobre a existência desta ara e nos acompanhou ao local. Agradecemos, também, a Luís Fernandes as preciosas informações que nos facultou para o estudo do monumento.

Altura das letras (cm): l. 1 a 3: 4,5; l. 4 e 5: 4; l. 6: 5,5; l. 7: 5; l. 8: 3; l. 9: 4. Espaços: l. 1,2; seguintes: 1 cm.

Paginação pouco cuidada, sobretudo na segunda parte do campo epigráfico, notando-se um certo alinhamento à esquerda. Na parte inferior do campo epigráfico, são bastante nítidos pontos de separação, sobretudo nas linhas 6 e 7.

Caracteres de módulos diferentes, barra horizontal do L curta e ligeiramente descaída; A com pontos a substituir as barras horizontais; B assimétrico; S esguios e ligeiramente inclinados. Alguns caracteres são pouco perceptíveis devido ao desgaste da pedra, sobretudo nos cantos e na parte inferior do campo epigráfico onde, inclusivamente, desapareceram alguns caracteres. Na l. 1 falta parte do traço vertical do B; o E da l. 2 também está, em parte, destruído; o C da l. 3 pode ser confundido com um G de perna curta. Com efeito, este C é ligeiramente diferente do C da l. 5. No entanto, tal se deve, certamente, à deficiente gravação dos caracteres evidente em todo o texto. Na segunda parte do campo epigráfico, a gravação é ainda menos cuidada. O A da l. 6 apresenta uma haste mais comprida, o V não é simétrico e uma terceira letra desapareceu quase por completo (poderia ser um D); uma fractura profunda afectou irremediavelmente algumas letras das l. 8 e 9. Ainda na l. 8 o espaço entre o V e o M está deteriorado, tendo-se perdido parte de cada uma das letras; o M é largo.

Em Marialva, conhece-se um monumento, provavelmente uma coluna honorífica², também com o campo epigráfico rebaixado e dividido em duas partes, muito semelhante a este.

Em relação aos antropónimos presentes na inscrição, *Sabinus* está largamente presente na epigrafia peninsular. Aparece, pelo menos, três vezes em Idanha-a-Velha e uma no Fundão e em Cárquere³. O patronímico, etimologicamente latino também, *Calvinus*, documenta-se quase uma dezena de vezes na Península, sendo três delas nesta região⁴.

² Curado, Fernando P. (1985), “Estela de Marialva (Meda)», *Ficheiro Epigráfico*, 47. É provável que ambas as inscrições tenham vindo da mesma oficina epigráfica.

³ Vide *Conimbriga*, 16, 1977, 12, n.º 6; A.E., 1967, 163; H.A.E. 1138; H.A.E. 1142.

⁴ Cf. Abascal Palazón, J. M. (1994) — *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Múrcia, p. 312. Há dois testemunhos em Duas Igrejas (Miranda do Douro) [CIL II 5659] e outro em Numão [EE VIII 111a].

A divindade Banda já está, também, aqui atestada, nomeadamente em Longroiva, neste caso com o epíteto *Longobricu*⁵. No que se refere ao seu epíteto (*Vordeaicui*), refira-se que é frequente a divindade ser invocada com epítetos terminados em *-icus*, *-egus*, *-aecus*, *-ius*⁶, podendo assinalar-se, assim, divindades tópicas protectoras de *castella* ou de unidades familiares ou étnicas⁷. É, também, frequente os teónimos indígenas não apresentarem sempre a mesma grafia nas inscrições⁸. No caso vertente, embora já se conhecessem as formas adjectivais *Vorteaecio*, *Vortiaecio* e *Vortiacio*⁹, a grafia *Vordeaicui* (com dativo alongado em *-ui*) documenta-se agora pela primeira vez, sendo de relacionar directamente com o epíteto *Vordeaeco* registado não muito longe, em Carrazeda de Anciães¹⁰.

Trata-se, afinal, de uma área concreta, considerada nuclear dos Lusitanos, em torno da serra da Malcata e da Gata, em contextos provavelmente ligados à exploração mineira¹¹. E, assim, os testemunhos conhecidos a Norte da Guarda poderiam corresponder a emigrantes que para ali se deslocaram, provavelmente originários da zona de Idanha-a-Velha¹². Esta ideia poderá ser, de certo modo, reforçada com a presença, na inscrição, do antropónimo *Sabinus*, que está documentado várias vezes na epigrafia da *civitas Igaeditano-*

⁵ Curado, F. P. (1985) – “Ara votiva de Longroiva (Meda)”, *Ficheiro Epigráfico*, 44.

⁶ Salinas de Frias, M. (2000) – “La religiosidad de las poblaciones antiguas de Salamanca y el norte de Cáceres”, in FERREIRA, M.^a do C.; PERESTRELO, M. S. G.; OSÓRIO, M. e MARQUES, A. A., Eds. — *Beira Interior: História e Património: Actas das I Jornadas do Património da Beira Interior. Guarda, 1-3 de Outubro de 1998*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda, p. 139-150.

⁷ Ribeiro, J. C. (1989) – “O teónimo *Vasegus*”, *Conimbriga*, 28, p. 131.

⁸ Encarnação, J. d’ (1987) – “Divindades indígenas da Lusitânia”, *Conimbriga*, 26, p. 12 e 19.

⁹ Cf. Osório, M. (1999) – “Ara a *Vordo Talaconio* de Sortelha (Sabugal)”, *Ficheiro Epigráfico*, 276, nota 5.

¹⁰ Encarnação, J. d’; Lemos, F. S. (1992) – “Ara votiva a *Bandu Vordeaeco*”, *Ficheiro Epigráfico*, 179.

¹¹ Nas proximidades da Meda são conhecidos locais onde se poderá ter explorado minério na época romana: cf. Rodrigues, A. V. (1983) — *Terras da Meda — Natureza e Cultura*. Meda: Ed. Câmara Municipal da Meda.

¹² Alarcão, J. de (2001) – “Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 4, n.º 2, p. 293-349.

rum. Estaremos perante um imigrante *igaeditanus*? Também não é de excluir uma eventual relação destes antropónimos com a presença de militares, como se assinala em Longroiva e em Numão¹³.

MANUEL SABINO G. PERESTRELO



315

¹³ Cf. Curado, F. P. (1988-94), “A propósito de *Conimbriga* e *Coniumbriga*”, *Gaya*, 6, p. 213-234.

ARA AOS LARES PROVENIENTE DA MEDA

No pátio de uma casa da área urbana da vila da Meda encontra-se uma ara de granito de grão fino, fragmentada, da qual resta, apenas, a parte superior. Uma fractura oblíqua afectou irremediavelmente a metade inferior do campo epigráfico. De acordo com o proprietário, a ara foi encontrada nos terrenos do Vale da Aldeia, localizados a cerca de 1 Km do centro urbano da Meda, num local onde são visíveis inúmeros vestígios romanos¹.

A ara apresenta um capitel decorado, separado do campo epigráfico por uma moldura larga e saliente com cerca de 5 cm. O capitel ostenta vestígios de frontão triangular, agora destruído, com a face frontal decorada com grinaldas. O capitel apresenta fóculo circular central (12,5 cm de diâmetro) delimitado por dois toros laterais circulares que mal se distinguem do capitel. Medem cerca de 5 cm de diâmetro e encontram-se ligeiramente danificados devido ao transporte e manuseamento da pedra.

Na parte frontal do capitel foi gravado o nome da divindade, enquanto o nome do dedicante aparece no campo epigráfico propriamente dito. O campo epigráfico, rebaixado, é também definido por uma moldura saliente com cerca de 4,5 cm de largura. O fuste apresenta, na face à esquerda, uma meia-coluna circular. Há, também, indícios de uma meia-coluna na face oposta. A base desapareceu. Apesar de não ter sido possível observar correctamente a retaguarda da ara, pareceu-nos não apresentar qualquer motivo decorativo, encontrando-se simplesmente alisada.

¹ Os vestígios desta importante estação arqueológica da época romana foram descritos no nosso texto “Descobertas arqueológicas na Meda” publicado em *O Interior* de 24 de Agosto de 2001. No mesmo artigo fizemos uma breve referência à ara agora estudada. Agradecemos a informação da sua existência ao arquitecto Paulo Simão.

Dimensões: 22 x 45 x 31; (60) x 45 x 31.

Campo epigráfico: 30 x 25.

LARIBVS / PLACID/V[S] [...] / [...]TI / ⁵ [...] [O] / [...]

Aos Lares. Plácido...

Altura das letras (cm): l. 1: 5/6 (I= 6,5; B= 7,5); l. 2: 7,5 / 8,5 (I= 4); l. 3: 7; l. 4: 7,5/7; l. 5: 5. Espaços: 1,6.

As linhas 1 e 2 não apresentam qualquer dificuldade de leitura. O tamanho diferenciado das letras da linha 1 mostra que o lapicida tentou ajustar a palavra ao espaço disponível. Na linha 2, o I foi gravado no interior do C, não por falta de espaço (pois havia na segunda linha, onde continua a mesma palavra) mas por esquecimento do lapicida. O pouco cuidado colocado na gravação deste texto devido, talvez, à inabilidade do lapicida, é visível, também, na gravação do A da segunda linha. Este é tão arredondado que quase se confunde com um R. Não tem o traço inferior horizontal e é muito diferente do A da l. 1. É, ainda, visível uma linha auxiliar que definia a parte superior da terceira linha. Na terceira linha, é perfeitamente visível o V e adivinha-se um S muito desgastado. Nesta linha, não é possível ler mais nenhuma outra letra devido à corrosão que afectou grande parte do campo epigráfico. Na linha 4, apenas são visíveis as duas últimas letras, embora se adivinhe o arranque de uma terceira (pode ser um A, um M, um N ou um R). Na quinta linha, apenas é visível um O muito gasto. À ara parece faltarem outras linhas, que desapareceram com a parte inferior da pedra.

As letras não seguem um módulo constante e regular, um pouco inclinadas ora para a direita ora para a esquerda. A deficiente gravação do texto contrasta com a qualidade decorativa e com o aspecto monumental da ara. É possível que o monumento tenha sido preparado sem que se tivesse ideia do texto que se pretendia gravar. É, igualmente, provável que o texto tenha sido gravado num local afastado da oficina onde a ara foi talhada. Não é de excluir que a mesma tenha sido gravada na própria habitação onde foi integrada².

A análise da antroponímia não nos esclarece a origem do proprietário da ara. Apesar de *Placidus* ser um antropónimo de origem itálica, não era raro os indígenas adoptarem este tipo de antropó-

² Os inúmeros vestígios na zona onde foi encontrado este fragmento de ara poderão pertencer a uma *villa*.

nimo. O pouco texto que é possível ler na terceira linha tanto pode sugerir a indicação da filiação à maneira indígena — *Bouti* ou *Bovati (filius)* — como poderá indicar os *tria nomina* de *Placidus*.

O antropónimo *Placidus*, muito frequente na Península Ibérica, aparece em diversos locais do território da Lusitânia, nomeadamente junto ao Douro, mais precisamente em Hinojosa de Duero em contexto indígena³ e em Pousafoles do Bispo e Santo Estêvão (Sabugal), aqui na variante feminina⁴. É possível que a ara documente outro antropónimo correspondente à filiação de *Placidus* que poderia ser *Boutus* ou *Bovatus*, ambos conhecidos na região, mais precisamente em Marialva.

Nesta epígrafe, os Lares — génios protectores da família — aparecem sem epíteto, o que é pouco frequente. Por exemplo, no Noroeste peninsular, os Lares aparecem associados a epítetos que denunciam aculturações pré-romanas⁵.

MANUEL SABINO G. PERESTRELO



316

³ Alonso Avila, A. e Ortiz de Zárate, S. C. (1999) – *Corpus de Inscriptio-nes Romanas de la provincia de Salamanca*. Valladolid, p. 133.

⁴ Curado, F. P. (1984) – “Lápide funerária de Pousafoles, Sabugal”. *Ficheiro Epigráfico*, 30; Curado, F. P. (1984) – “Lápide funerária de Santo Estêvão, Sabugal”, *Ficheiro Epigráfico*, 101.

⁵ Encarnação, José d’ (1972) – “Vestígios do culto dos Lares em território português”, *Revista de Guimarães*, 82, p. 91-104; Encarnação, José d’ (1975) – *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 211-219; Diogo, A. M. D. e Feio, J. (1999) – “Árula aos Lares (Alvito)”. *Ficheiro Epigráfico*, 280.

MERCVRIVS SVPERNVS
EN UN EPÍGRAFE INÉDITO
DE LA PROVINCIA DE BADAJOZ

Con el nº de inventario 8.398, la Biblioteca Nacional de Madrid conserva un manuscrito titulado *Dos libros que tratan de la lengua primera de España*, copia – no consta que sea original – del mismo siglo XVII de la obra homónima escrita en 1626 por fray Jacinto de Ledesma y Mansilla, padre de la Orden de Predicadores que profesó en el Real Convento de San Pedro Mártir de Toledo¹. La obra, que debe encuadrarse en el marco del debate relativo al papel de las lenguas y su contribución a la construcción de las identidades nacionales, suscitado en la Europa renacentista y espe-

¹ El manuscrito, que procede de la biblioteca del Duque de Uceda y tenía la signatura V. 192, consta de 148 folios, está escrito en papel y sus medidas son 311 x 208 mm. La Biblioteca Nacional conserva otra copia del siglo XVIII de la misma obra; se trata del Ms. 5.943 que consta de 275 páginas, está escrito en papel de 313 x 216 mm. y encuadernado en pasta, con hierros dorados en el lomo (medidas totales 325 x 222 mm); su signatura antigua, tachada en la página inicial, parece ser Q.15. El Conde de la Viñaza trabajó con una copia del siglo XVII que se encontraba en la Real Academia de la Historia (un manuscrito en cuarto de 292 folios y 2 de índices, que no hemos podido localizar), si bien registra la existencia del códice V. 192 de la Biblioteca Nacional (el actual Ms. 8.398) y la presencia del original de letra del padre Ledesma, con las hojas rubricadas por el escribano de cámara Lázaro de los Ríos, en la librería de San Pedro Mártir de Toledo, cajón 4, número 30 (*Biblioteca Histórica de la Filología Castellana*, Madrid, Imprenta y Fundición de Manuel Tello, 1893, pp. 63 y 69). Por su parte, Nicolás Antonio tuvo acceso directo a la obra, presumiblemente una copia, «en Madrid, en casa de nuestro apreciado amigo don Cristóbal de Zambrana, caballero de Calatrava» (*Biblioteca Hispana Nueva*, tomo I, Madrid, Fundación Universitaria Española, 1999, p. 587).

cialmente vivo en la España del Siglo de Oro², no es sino una defensa de aquella que el autor considera la lengua primitiva de España, que no es otra que la lengua «Tubalea» o «Tubalina», así denominada por ser Túbal el primero que pobló España.

Al hilo de tal teoría, que se desarrolla en el segundo de los dos libros que componen la obra³, el padre dominico registra un epígrafe votivo de época romana que, de acuerdo con los datos de que disponemos, parece ser inédito.

Apenas si tenemos más datos referentes a fray Jacinto de Ledesma que el muy escueto relativo a su lugar de origen registrado por Nicolás Antonio en su *Biblioteca Hispana*, donde indica que era natural de la villa de Talarrubios (*sic*), villa de la provincia de Badajoz que en época del autor pertenecía al duque de Béjar, don Francisco Diego López de Zúñiga y Sotomayor, a quien el dominico dedicó la obra⁴. Nada añade a esta paupérrima biografía el Conde de la Viñaza⁵ y, sin embargo, pese a su parquedad, estos datos serán suficientes para contextualizar con ciertas garantías el lugar de hallazgo del epígrafe que da pie a estas líneas.

En el capítulo 10, y en el marco de una disertación relativa a los topónimos antiguos formados sobre el radical *-briga*, fray Jacinto anota lo siguiente:

«(...) y en la Beturia Turdulana Turobriga a la parte Meridional de Guadiana en la buelta (*sic*) que hace con su corriente acia (*sic*) el medio día, que a mi juicio tubo (*sic*) su asiento en un termino que hoy llaman Origuela, legua y media del lugar donde yo

² Para una mayor información sobre el particular pueden consultarse, entre otros, los trabajos de M. Romera Navarro, «La defensa de la lengua española en el siglo XVI», *Bulletin Hispanique* 31, 1929, pp. 204-255 y de J. F. Pastor, *Las apologías de la lengua castellana en el siglo de oro*, Madrid, 1929. La contribución de la obra de fray Jacinto de Ledesma a la historia de la lengua ha sido estudiada por Christian Schmitt, «Sprachgeschichte im Dienste der Nationalgeschichte. Zu den *Dos libros de la lengua primera de España* von Jacinto de Ledesma y Mansilla» [en] W. Dahmen v.a. (Hg.) *Romanistisches Kolloquium* IV, Tubinga 1991, pp. 243-256.

³ El libro primero, estructurado en once capítulos, posee un carácter netamente introductorio; en él se da cuenta de la lengua que existió en el principio del mundo, antes del diluvio universal, de la lengua hebrea, y de la multiplicación de las lenguas tras dicha catástrofe y la confusión de Babel.

⁴ N. Antonio, *Op. cit.*, p. 587.

⁵ Conde de la Viñaza, *Op. cit.*, p. 63.

naci, adonde se hallan ruinas de edificios suntuosos y adonde se halló una piedra por los años de 1590 con esta inscripcion, y esta forma.

MERCVRIO
SVPER
NO · Q · P
V · A · L
S ·

Que dicen en latin Mercurio Superno Quintus Plaucius votum animo libente solvit. Era esta piedra pedestal de alguna estatua de Mercurio, à quien hizo la dedicación Quinto Plaucio en aquella Ciudad a que llamaban los Romanos altares pequeños. De lo qual se convence claramente contra Poça que el nombre Briga no es vascongado (...)»⁶

Como puede verse en la figura adjunta, el texto se presenta inserto en un esquemático dibujo que parece representar un ara de estructura tripartita, posiblemente moldurada.

Si consideramos que Talarrubias fue, como indica N. Antonio, la localidad de origen de Jacinto de Ledesma, y tomamos escrupulosa nota de la distancia que según el propio autor mediaba entre su patria chica y el lugar de hallazgo de la inscripción (legua y media = 8.358 m, aproximadamente), así como de la indicación que sitúa éste al sur del Guadiana, resultará que — con independencia de la dirección en que se mida tal distancia, dato que no aporta el dominico — nos estaremos moviendo en la Beturia túrdula, sí, pero no en el territorio de *Turobriga*, sino en el de la *Mirobriga Turdulorum*⁷.

Y es que, lamentablemente, no hemos podido localizar el topónimo «Origuela», con el que se vincula de modo directo el hallazgo del epígrafe, en ninguno de los términos que se encuen-

⁶ B.N. Ms. 8.398, fols. 129v./130r.

⁷ No olvidamos que a poniente de Talarrubias, en el denominado «Cerro Cogolludo», a caballo entre los términos municipales de Navalvillar de Pela y Puebla de Alcocer, tuvo su asiento *Lacimurga/Lacimumurga*, pero esta ciudad se encuentra a una distancia mayor que la consignada por el autor — prácticamente el doble, a unos 15 km — y no se encuentra al sur del Guadiana, sino al norte, sobre su orilla derecha, por lo que parece preferible descartarla.

tran dentro del radio de acción (que hemos extendido a 10 km.) al que se ha circunscrito la búsqueda: los actuales términos municipales de Talarrubias, Puebla de Alcocer, Esparragosa de Lares y Siruela⁸. Todos ellos se encontraban integrados, efectivamente, en el *territorium* de *Mirobriga*⁸, municipio del *conventus Cordubensis* del que dan cuenta Plinio (III, 13-14), Ptolomeo (II, 4, 10 y II, 6, 58) y el Itinerario de Antonino (444, 6), y cuyo núcleo urbano ha sido identificado con garantías en el yacimiento romano del «Cerro del Cabezo» situado en las proximidades de Capilla (Badajoz)⁹.

Son numerosos las villas y asentamientos de época romana que han sido identificados en el entorno de Talarrubias, algunos de los cuales presentan en superficie restos constructivos y materiales abundantes¹⁰. Muchos de ellos — ya sean del propio término de Talarrubias¹¹, como de los de Siruela¹², La Puebla de Alcocer¹³ o Esparragosa de Lares¹⁴ — reúnen los requisitos relativos a la situa-

⁷ Hemos manejado las hojas nº 755 (Navalvillar de Pela), nº 756 (Herrera del Duque), nº 780 (Puebla de Alcocer) y nº 781 (Siruela) del Mapa Topográfico Nacional.

⁸ Seguimos aquí los límites que se contemplan en *CIL* II²/7 para el *conventus Cordubensis*.

⁹ M. Pastor Muñoz – J.A. Pachón Romero, «*Mirobriga Turdulorum*: investigación histórica-arqueológica», [en] *Homenaje a José M^o Blázquez* (J. Mangas – J. Alvar, eds.), vol. V, Madrid, 1998, pp. 255-288.

¹⁰ Cf. A. Aguilar Sáenz — P. Guichard, *Villas romaines d'Estrémadure. Doña María, La Sevillana et leur environnement*, Madrid, Collection de la Casa de Velázquez 43, 1993 (especialmente el catálogo de la prospección, pp. 47-77), y A. Aguilar Sáenz, P. Guichard y S. Lefebvre, «La ciudad antigua de *Lacimurga* y su entorno rural», [en] *Les campagnes de Lusitanie romaine. Occupation du sol et habitats* (J.-G. Gorges et M. Salinas de Frías, eds.), Madrid, Collection de la Casa de Velázquez 47, 1994, pp. 109-129.

¹¹ Como «Las Galapagueras» y el «Molino y Casa de Pacha», situados sobre la margen del río Guadiana, o la «Casa de las Umbrías», «Santa Bárbara» y «El Manantial», en inmejorable disposición con respecto a la Cañada Leonesa Oriental. Cf. A. Aguilar Sáenz — P. Guichard, *Op. cit.*, pp. 63-65, nº 36, 37, 41, 42 y 43 respectivamente.

¹² Es el caso de «Dehesa de Fernán Núñez» y «Frente al cerro Mayor-domo», ambos a la orilla del Guadalemar. Cf. A. Aguilar Sáenz — P. Guichard, *Op. cit.*, p. 74, nº 100 y 101, respectivamente.

¹³ Como «San Benito» y la «Huerta del Villarejo», próximas al casco urbano de la Puebla. Cf. A. Aguilar Sáenz — P. Guichard, *Op. cit.*, p. 70, nº 73 y 74, respectivamente.

¹⁴ Así «El Chaparral», Cf. A. Aguilar Sáenz — P. Guichard, *Op. cit.*, p. 70, nº 72.

ción con respecto al Guadiana y a la distancia marcada desde Talarrubias; pero en ningún caso parece posible equipararlos a las «ruinas suntuosas» que menciona fray Jacinto. El yacimiento que mejor se acomoda a estas características es, sin duda, el *vicus* identificado en el término de La Puebla de Alcocer, en torno a la ermita de la Magdalena, conocido con el nombre de «El Templero»: situado al sur del Guadiana y anegado en su mayor parte por el embalse de Orellana (¿tendrá este topónimo alguna relación con el de Origuela?), se encuentra — en línea recta — a 8 km del casco urbano de Talarrubias y presenta una gran cantidad de vestigios constructivos que se extienden por una superficie de 6.000 m², cuanto menos¹⁵; es más, la propia ermita fue erigida con materiales reutilizados, muchos de ellos epígrafes de los que sólo uno ha llegado a nuestros días¹⁶. ¿Es posible que el que aquí presentamos tenga alguna relación con este conjunto?; no hay modo de asegurarlo, pero la propuesta, a nuestro juicio, parece razonable.

Sea como fuere, lo cierto es que en el reciente catálogo publicado por Giulia Baratta, no consta ningún epígrafe procedente de la provincia de Badajoz, ni del sector que correspondió a la Bética, ni de aquel que debió incluirse en el territorio lusitano¹⁷. Dado que el origen del testimonio consignado por Jacinto de Ledesma, por más que no pueda localizarse con mayor precisión, parece ser indudablemente pacense, cabe concluir que corresponde a un epígrafe inédito hasta la fecha.

El texto no plantea mayores problemas de comprensión, es cierto, pero presenta algún detalle que causa una cierta extrañeza. Nos referimos, en concreto, al epíteto que acompaña al nombre de la divinidad, *supernus*, inédito tanto en el registro epigráfico hispano, como en el amplio repertorio de testimonios relativos a Mercurio procedentes de las restantes provincias del Imperio¹⁸.

Por lo que respecta a Hispania, y dejando a un lado los casos en que aparece precedido por el término *deus*, lo más habitual es encontrar este teónimo acompañado por el epíteto *Augustus*, asociación que se presenta en 12 de los 24 casos recopilados por la Dra.

¹⁵ Cf. A. Aguilar Sáenz — P. Guichard, *Op. cit.*, p. 63, nº 35.

¹⁶ Se trata de un ara dedicada a Ceres, en favor de los habitantes del *vicus*, por *L. Iulius L. f. Afer* (=AE 1986, 322=HEp 1, 1989, 111=HEp 3, 1993, 97=HEp 5, 1995, 113=CIL II²/7, 864).

¹⁷ G. Baratta, *Il culto di Mercurio nella Penisola Iberica*, Barcelona, 2001.

¹⁸ Cf. G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 107-118.

Baratta¹⁹; los restantes testimonios ofrecen epítetos que se registran en una única ocasión (así ocurre con *Aguaecus*²⁰, *Cohortalis*²¹, *Eidevori*?²², *Esibraeo*²³, *Visucius*²⁴ y el muy inseguro *Viacus*²⁵) o como mucho, en dos casos (así *Competalis*²⁶/*Compitalis*²⁷). A ellos habría que añadir dos textos en los que la resolución del epíteto — o la propia lectura del teónimo — se mantiene abierta, como el relativo a *M(ercurio?) B(?) s(acrum?)*²⁸ y el dedicado a *D(---) D(---) s(acrum) Mercurio*²⁹. Por el contrario, del listado deben excluirse los dos testimonios relativos a *Colualis*³⁰/*Coluau*³¹ pues parece que se trata, en efecto, de una divinidad indígena y no de un epíteto de la divinidad romana³².

No obstante, si consideramos que *supernus* esta aquí no tanto en su acepción primera («situado en lo alto», «superior») como en aquella que, por extensión, remite a los cielos³³, podemos conside-

¹⁹ Cf. G. Baratta, *Op. cit.*, p. 114, tabla D.

²⁰ G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 44-47, L1 Pt (=HEp 4, 1994, 1101), freguesía de Várzea, concelho de São Pedro do Sul, distrito de Viseu.

²¹ G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 57-58, L13 Pt (=AE 1950, 255), de Lisboa.

²² G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 77-78, T28 Pt (=CIL II 2473), freguesía de Outeiro Seco, concelho de Chaves, distrito de Vila Real.

²³ G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 48-49, L4 Pt, freguesía de Medelim, concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco.

²⁴ G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 30-31, T15 Sp (=AE 1976, 327=HEp 1, 1989, 496), de Agoncillo, La Rioja.

²⁵ Correspondiente a una nueva lectura de la conocida ara conservada en el Ayuntamiento de Zamora, hasta ahora relacionada con el *deus Mentoviecus* (CIL II 2628=CIL II 5649).

²⁶ G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 31-33, T16 Sp (=CIL II 5810=AE 1903, 235), de Murillo de Río Leza, La Rioja.

²⁷ G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 16-17, T1 Sp, (=IRC II, 20), de Isona, Lleida.

²⁸ G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 74-75, L3 Pt (=AE 1986, 297=HEp 1, 1989, 684), de Paranhos da Beira, en la freguesía Paranhos, concelho de Seia, distrito de Guarda.

²⁹ G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 53-54, L10 Sp (=AE 1971, 150=HEp 6, 1996, 208), de Alcuéscar, Cáceres.

³⁰ G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 50-51, L8 Sp (=AE 1990, 157=HEp 2, 1990, 220), de Salvatierra de Santiago, Cáceres.

³¹ G. Baratta, *Op. cit.*, pp. 79-80, L5 Sp (=AE 1987, 485=HEp 2, 1990, 204), del puente de la Macarrona, en El Batán, Cáceres.

³² Tal posibilidad, que no era totalmente desechada por Baratta (*Op. Cit.*, pp. 109-110), ha sido recientemente refrendada por J. Esteban Ortega y J. Salas Martín, «Puntualizaciones y correcciones a la epigrafía de Cáceres», *Norba* 16 (vol. 1), 1996-2003, pp. 227-240, especialmente las pp. 233-236.

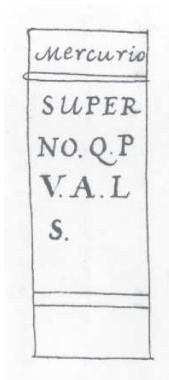
³³ Esta acepción se encuentra ya documentada en el siglo I d.C., así en

rar que se trata de un término equiparable a *caelestis* o *divinus*³⁴. Es cierto que tampoco se trata de epítetos muy usuales, pero *caelestis* acompaña a Mercurio en un epígrafe de Roma³⁵ y *divinus* se ha venido proponiendo para el ya aludido texto de Alcuéscar³⁶.

El nombre del dedicante, abreviado, consta sólo de *nomen* y *cognomen*, lo que indicaría una fecha tardía para el monumento. Dada la reducida nómina de gentilicios que se sujetan a la inicial transcrita, parece razonable desarrollar *Q(uintius)*, que cuenta, además, con una nutrida representación en el registro epigráfico hispano³⁷. Sin embargo, el listado de *cognomina* que comienzan con *P* es tan extenso³⁸, que no resulta ni posible ni adecuado optar por uno en detrimento de los restantes.

Así pues, todo lo más que cabe desarrollar es:

Mercurio
Super-
no · Q(uintius) · P(---?)
v(otum) · a(nimo) · l(ibens)
s(olvit)



317

MARÍA DEL ROSARIO HERNANDO SOBRINO

Ovidio (*Met.* XV, 128), Lucano (VI, 430) y Séneca (*Phaed.* 926 y *Nat.* VI, 8, 3), entre otros (Cf. P.G.W. Glare, ed., *Oxford Latin Dictionary*, Oxford, 1985).

³⁴ Agradezco al Prof. Dr. J. Gómez-Pantoja las sugerencias realizadas a este respecto; del mismo modo, aprovecho la ocasión para mostrar mi gratitud a mis pacientes compañeros de *Hispania Epigraphica*, siempre dispuestos a ayudar.

³⁵ *CIL* VI, 521.

³⁶ Cf. *supra*, nota 30.

³⁷ Cf. J. M. Abascal, *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia, 1994, p. 209.

³⁸ Cf. J. M. Abascal, *Op. cit.*, pp. 446-476.